



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DOUGLAS EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA**

**“O QUE É MEU, É MEU, E O QUE É SEU, É SEU”:  
PRINCÍPIO DA ENTIDADE E  
GESTÃO FINANCEIRA DE CAIXA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE  
IMPERMEABILIZAÇÃO**

**MONTEIRO - PB  
2024**

DOUGLAS EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA

**“O QUE É MEU, É MEU, E O QUE É SEU, É SEU”:** PRINCÍPIO DA ENTIDADE E  
GESTÃO FINANCEIRA DE CAIXA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE  
IMPERMEABILIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso Ciências  
Contábeis da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:** Prof. Me. Allisson Silva dos Santos.

**MONTEIRO - PB**  
**2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586o Silva, Douglas Eduardo Oliveira da.  
"O que é meu, é meu, e o que é seu, é seu" [manuscrito] :  
princípio da entidade e gestão financeira de caixa em uma  
empresa do ramo de impermeabilização / Douglas Eduardo  
Oliveira da Silva. - 2024.  
25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Humanas e Exatas, 2024.

"Orientação : Prof. Me. Allisson Silva dos Santos,  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE".

1. Princípio da entidade. 2. Gestão financeira. 3.  
Planejamento contábil. 4. Microempresa. I. Título

21. ed. CDD 657.48

DOUGLAS EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA

**“O QUE É MEU, É MEU, E O QUE É SEU, É SEU”: PRINCÍPIO DA ENTIDADE E GESTÃO FINANCEIRA DE CAIXA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE IMPERMEABILIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 13/11/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Allisson Silva dos Santos  
Prof. Me. Allisson Silva dos Santos (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ádria Tayllo A. Oliveira  
Prof. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Josimar Farias Cordeiro  
Prof. Me. Josimar Farias Cordeiro  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>6</b>
2.1 Princípios da contabilidade.....	6
2.1.1 <i>Princípio da entidade.....</i>	7
2.2 Gestão financeira.....	8
2.2.1 <i>Planejamento financeiro.....</i>	9
2.3 Demonstração do fluxo de caixa.....	9
2.3.1 <i>Classificação e métodos do fluxo de caixa.....</i>	10
2.3.2 <i>Fluxo de caixa para microempresas.....</i>	11
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>13</b>
4.1 Caracterização da empresa.....	13
4.2 Análise das entrevistas.....	13
4.3 Diagnóstico.....	16
4.4 Análise.....	17
4.5 Prognóstico.....	19
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>
<b>APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>25</b>

## “O QUE É MEU, É MEU, E O QUE É SEU, É SEU”: PRINCÍPIO DA ENTIDADE E GESTÃO FINANCEIRA DE CAIXA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Douglas Eduardo Oliveira da Silva<sup>1\*</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo demonstrar de que maneira o entendimento acerca do princípio da entidade pode contribuir para uma gestão financeira eficiente em uma empresa do ramo de impermeabilização e como a gestão de fluxo de caixa pode contribuir nesse processo. A pesquisa é baseada em um estudo de caso em uma empresa, localizada em São Gonçalo - RJ, que enfrenta dificuldades financeiras. Utilizando pesquisa-ação com abordagem qualitativa e indutiva, o estudo identifica problemas e propõe soluções práticas para melhorar a gestão financeira da empresa. Para isso, adotou-se uma metodologia que envolve coleta de dados qualitativos, análise de documentos financeiros e entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstram uma constância em diversos períodos, evidenciando que a falta de ajuste das saídas pessoais às flutuações nas entradas contribui diretamente para a ocorrência de um fluxo de caixa negativo, impedindo a formação de reservas e expondo a empresa a riscos operacionais imediatos. Com isso, a separação entre finanças pessoais e empresariais é essencial para o sucesso financeiro, proporcionando maior clareza no fluxo de caixa e melhorando a capacidade de planejamento e controle financeiro da empresa. Assim a implementação de uma gestão de caixa rigorosa e aderente ao princípio da entidade contribui para a sustentabilidade e o crescimento da empresa, sendo uma ferramenta essencial para decisões estratégicas e operacionais.

**Palavras-chave:** fluxo de caixa; princípio da entidade; gestão financeira e planejamento.

### ABSTRACT

This study aims to demonstrate how understanding the entity principle can contribute to efficient financial management in a waterproofing company and how cash flow management can contribute to this process. The research is based on a case study of a company located in São Gonçalo - RJ, which is facing financial difficulties. Using action research with a qualitative and inductive approach, the study identifies problems and proposes practical solutions to improve the company's financial management. To this end, a methodology was adopted that involves collecting qualitative data, analyzing financial documents and conducting semi-structured interviews. The results demonstrate consistency across different periods, evidencing that the lack of adjustment of personal outflows to fluctuations in inflows directly contributes to the occurrence of negative cash flow, preventing the formation of reserves and exposing the company to immediate operational risks. Therefore, the separation between personal and business finances is essential for financial success, providing greater clarity in cash flow and improving the company's financial planning and control capacity. Thus, implementing rigorous cash management that adheres to the entity principle contributes to the company's sustainability and growth, and is an essential tool for strategic and operational decisions.

**Keywords:** cash flow; entity principle; financial management and planning.

---

<sup>1\*</sup> Graduando em Ciências Contábeis – UEPB, douglas.eduardo@aluno.uepb.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel significativo na economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos, estimulando a inovação, promovendo o empreendedorismo e impulsionando o crescimento econômico. Com cerca de 22 milhões de pequenos negócios, as micro e pequenas empresas respondem por cerca de 99% das empresas que existem no país, correspondendo a 55% dos empregos com carteira assinada e representando quase 30% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) (SEBRAE, 2023).

Para continuarem com esse papel relevante na economia brasileira, é fundamental para a sua sustentabilidade e crescimento, possuir uma boa gestão financeira. Segundo Assaf Neto (2019), a gestão financeira determina o sucesso ou o fracasso de uma empresa, e isso envolve o planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades financeiras da empresa. No entanto, os administradores dessas empresas não se dedicam a estudar gestão financeira e não procuram o apoio de especialistas na área. Eles mantêm sua atenção apenas na operação cotidiana da empresa, evidenciando uma compreensão limitada das ferramentas financeiras disponíveis (Moterle; Wernke; Junges, 2019).

Nesse contexto, o fluxo de caixa se torna uma ferramenta fundamental na gestão financeira empresarial, permitindo o acompanhamento e controle eficaz dos recursos financeiros. Ao monitorar de perto as entradas e saídas de dinheiro ao longo de um período específico, os gestores conseguem prever dificuldades de liquidez, descobrir oportunidades de investimento e fazer escolhas financeiras mais bem informadas (Gitman, 2010). No entanto, para administrar esses recursos de forma eficaz, é essencial ter um planejamento e controle rigoroso sobre o fluxo de caixa e a separação entre contas pessoais e empresariais é um dos aspectos fundamentais neste processo (Catarino; Santos; Silva, 2020).

Nesse sentido, o conhecimento acerca do princípio da entidade, poderia auxiliar os empresários a compreenderem sobre os procedimentos a serem adotados pela empresa. Para Iudícibus, Marion e Faria (2018) este princípio, considerado como um dos pilares da contabilidade, reconhece que o patrimônio das entidades é o principal objeto de estudo da contabilidade e que essas entidades possuem uma autonomia patrimonial própria. Dessa forma, é essencial não confundir o patrimônio dos sócios ou proprietários com o patrimônio da empresa (Resolução CFC nº 750, 1993). Vale ressaltar que mesmo com a revogação da resolução nº 750 /1993, os princípios contábeis não deixam de existir, e ficaram comportados dentro de normas específicas, de forma indireta, como destacada na Norma Brasileira de Contabilidade que trata da Estrutura Conceitual (CFC, 2016).

Para pequenas empresas, onde as fronteiras financeiras podem frequentemente ser confusas, aderir a esse princípio não só melhora a clareza nas demonstrações financeiras, mas também protege o patrimônio pessoal do proprietário contra riscos e responsabilidades do negócio (Lopes, 2017). A junção da gestão financeira eficiente com o rigoroso cumprimento do princípio da entidade pode ser decisiva para o desempenho financeiro de um pequeno negócio. Entendendo como separar as finanças pessoais das contas da empresa, fica mais fácil determinar um planejamento e traçar estratégias conforme as condições do empreendimento (SEBRAE, 2024).

Nesse contexto, para começar uma gestão financeira eficaz, o passo inicial é separar o dinheiro do negócio das despesas pessoais e familiares. É comum que pequenos empresários misturem as finanças pessoais com as da empresa. Como o mesmo caixa que recebe os pagamentos das vendas também é usado para pagar contas, é essencial prestar atenção para evitar que ele se torne uma fonte única tanto para o negócio quanto para despesas pessoais ou familiares (SEBRAE, 2023).

Dessa forma, dada a relevância da gestão financeira e o princípio da entidade em pequenos empreendimentos, surge o questionamento: **De que maneira o entendimento acerca do princípio da entidade pode contribuir para uma gestão de fluxo de caixa eficiente em uma empresa do ramo de impermeabilização?** Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é demonstrar de que maneira o entendimento acerca do princípio da entidade pode contribuir para uma gestão financeira eficiente em uma empresa do ramo de impermeabilização e como a gestão de fluxo de caixa pode contribuir nesse processo. De modo mais específico, pretende-se: (a) apresentar as principais características da gestão financeira da empresa analisada à luz do princípio da entidade; (b) mapear os principais pontos divergentes entre a prática de gestão de caixa e o princípio da entidade e (c) propor a utilização de um modelo de gestão financeira de caixa que possibilite uma melhoria no desempenho financeiro de caixa da empresa.

O presente artigo tem como justificativa preencher uma lacuna significativa na literatura que raramente vincula princípios contábeis como o princípio da entidade a uma aplicação prática e concreta dentro de pequenos empreendimentos. A literatura existente se concentra em teorias abstratas e em grandes corporações, deixando de lado as especificidades e desafios enfrentados por pequenas empresas. Ao conectar o princípio da entidade com a gestão financeira prática, este estudo pretende oferecer *insights* valiosos sobre como a separação entre contas pessoais e empresariais pode influenciar positivamente a gestão financeira.

As contribuições deste estudo são particularmente valiosas para o setor de impermeabilização, um ramo que envolve riscos específicos e demanda uma gestão de caixa meticulosa. A proposta do objetivo específico "c" é especialmente relevante, pois visa oferecer uma abordagem prática que não apenas aperfeiçoe a gestão financeira de caixa, mas também potencialize o desempenho financeiro da empresa, oferecendo um guia robusto para a implementação efetiva do princípio da entidade em seu cotidiano financeiro.

Neste sentido, o referido artigo está dividido em cinco seções. Na primeira temos esta introdução que apresenta a contextualização dessa temática, os objetivos e a justificativa para a abordagem desse estudo, enquanto na segunda seção temos o referencial teórico que trata dos estudos acerca do princípio da entidade, gestão financeira e fluxo de caixa, após temos a metodologia pela qual apresentamos as informações obtidas permitindo compreender a complexidade do tema, na quarta seção serão apresentados os resultados e discussões, e posteriormente as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Princípios da contabilidade

Princípios são fundamentos que orientam ações e decisões, servindo como base para valores e diretrizes, além de trazer estrutura e coerência às práticas adotadas. Na contabilidade, eles garantem uniformidade, transparência e confiabilidade às informações financeiras, orientando o registro, a interpretação e a apresentação dos dados de forma ética, consistente e em conformidade com as normas e exigências legais (Iudícibus; Marion; Faria, 2018).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da resolução nº 750/1993, após as alterações realizadas pela resolução nº 1.282/2010, em seu art. 2º aborda que os princípios da contabilidade formam a base das doutrinas e teorias da ciência da contabilidade, refletindo o consenso predominante nos meios acadêmico e profissional no Brasil. Eles englobam a contabilidade como uma ciência social abrangente, focada no estudo do patrimônio das entidades, em seu “Art. 3º: São Princípios de Contabilidade: o da entidade, o da continuidade,

o da oportunidade, o do registro pelo valor original, o da competência e o da prudência” (CFC, 1993).

Para Iudícibus, Marion e Faria (2018) os princípios da contabilidade constituem os fundamentos essenciais que orientam a profissão contábil na realização de seus objetivos, que envolvem fornecer informações estruturadas aos usuários. Esses princípios servem como base, o método e a estrutura que a contabilidade utiliza para ampliar o entendimento das práticas contábeis já estabelecidas (Iudícibus; Marion; Faria, 2018).

No entanto, em 23 de setembro de 2016, o CFC, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aos padrões internacionais – IFRS, aprovou a “NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL” e conseqüentemente revogou a resolução nº 750/1993 sobre os princípios da contabilidade. Porém, o próprio CFC deixa claro que, revogar esta resolução não extingue os princípios da contabilidade, mas visa assegurar a uniformidade conceitual e evitar divergências na doutrina e teoria das Normas Brasileiras de Contabilidade. Como resultado, os princípios da contabilidade, tanto para o setor privado quanto para o público, agora são incorporados na estrutura conceitual das normas específicas: a NBC TG e a NBC TSP (CFC, 2016).

Embora alguns dos princípios da contabilidade não sejam literalmente contábeis e que estejam mais relacionados ao ambiente econômico ou social em que as entidades operam, eles são considerados como espécies de postulados, às vezes referidos como postulados ambientais, e o princípio da entidade entre os demais, é reconhecido como um dos postulados fundamentais da contabilidade, se tornando essencial para a prática e formação da base inicial do pensamento contábil e da estrutura disciplinar da área (Iudícibus; Marion; Faria, 2018).

### ***2.1.1 Princípio da entidade***

A resolução do CFC nº 750/93 em seu art. 4º sobre o princípio da entidade, estabelece que o patrimônio é o foco principal da contabilidade e enfatiza a necessidade da autonomia patrimonial, implicando que é essencial distinguir um patrimônio específico dentro do universo de todos os patrimônios existentes, seja ele de uma pessoa, um grupo de pessoas, uma empresa, ou qualquer tipo de instituição, com ou sem finalidades lucrativas. Conseqüentemente, o patrimônio de uma entidade não deve ser confundido com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários (CFC, 1993).

Iudícibus, Marion e Faria (2018) destacam que a contabilidade é desenvolvida para planejar, manter e produzir avaliações e demonstrações referentes a entidades de qualquer tipo e finalidade que realizem atividades econômicas, e dentro dessas entidades, operações e eventos ocorrem através de agentes econômicos, incluindo interações entre diferentes entidades. Com isso, é importante compreender que, para todos os fins, o patrimônio de uma entidade não deve ser confundido com o de outra, sendo os patrimônios dos sócios distintos do patrimônio da empresa (Iudícibus; Marion; Faria, 2018).

A confusão entre os bens dos sócios e os da empresa pode levar à desconsideração da personalidade jurídica, responsabilizando os administradores ou sócios com seus bens pessoais pelas obrigações da empresa. Segundo Lopes (2017), para evitar essa situação, é fundamental que a contabilidade adote o princípio da entidade em sua escrituração, assegurando uma clara distinção entre o patrimônio pessoal dos sócios e o patrimônio da empresa conforme a primazia da essência sobre a forma. Assim, seguir esse princípio se torna necessário tanto por exigência da legislação quanto para garantir informações detalhadas e individualizadas sobre o patrimônio (Lopes, 2017).

No entanto, as práticas administrativas adotadas pelos sócios são fundamentais para que os contadores possam desempenhar suas funções de forma eficiente. A ausência de conhecimento dos proprietários em técnicas e princípios contábeis, incluindo o princípio da

entidade, pode resultar em prejuízos para a empresa devido à frequente confusão entre os bens pessoais e os bens da empresa (Batista; Lima; Gama, 2023). Quando os proprietários não seguem o princípio da entidade, comprometem os interesses da empresa, podendo resultar em impactos negativos a seus rendimentos, pois em momentos de dificuldade financeira pessoal, eles podem recorrer ao caixa da empresa para cobrir suas necessidades individuais, mesmo que a empresa esteja financeiramente em boa situação (Pimentel; Filho, 2019).

Portanto, essa mistura dos patrimônios leva a um uso inadequado dos recursos empresariais prejudicando a administração eficaz dos recursos e a saúde financeira da empresa (Batista; Lima; Gama, 2023). Assim, é fundamental reconhecer os benefícios de seguir o princípio da entidade para garantir um equilíbrio financeiro, caso contrário, a negligência na aplicação do princípio da entidade pela gestão empresarial pode afetar tanto os recursos da empresa quanto os recursos dos seus sócios.

## ***2.2 Gestão financeira***

A gestão financeira é o processo de planejar e controlar as finanças de uma empresa, visando usar os recursos de forma eficiente e alcançar os objetivos financeiros. Embora existam diferentes modelos de gestão financeira, todos buscam melhorar a administração do dinheiro (Assaf Neto, 2019). Assim, a gestão financeira é fundamental para qualquer empresa, conduzindo de forma confiável para o registro e controle das finanças, visando manter um bom resultado e aprimorar o desempenho (SEBRAE SP, 2017). Ao controlar efetivamente a gestão financeira, os proprietários têm uma visão constante dos recursos disponíveis, o que permite entender a situação atual e prever o futuro financeiro da empresa, capacitando-os a tomar decisões informadas e acertadas (Assaf Neto, 2019).

Neste contexto, a administração financeira assume um papel fundamental, englobando responsabilidades dos gestores financeiros em todas as empresas, independentemente do porte ou natureza. Esses profissionais desempenham uma série de funções financeiras essenciais, desde o planejamento financeiro até a captação de recursos para sustentar as operações empresariais (Gitman, 2010). No entanto, é importante compreender que a gestão financeira de uma empresa transcende a simples negociação de prazos e taxas de juros em transações de investimento (Assaf Neto, 2019). Os gestores financeiros devem se preocupar com a obtenção e controle dos recursos financeiros, bem como analisar os resultados econômicos decorrentes de suas decisões (Policarpo; Ferreira, 2020).

Conforme Leite, Costa e Lemos (2019), à medida que as empresas crescem, elas se deparam com uma variedade de desafios, como aumento do endividamento, diminuição das vendas ou na prestação de serviços e, na maioria das vezes, a gestão financeira não consegue acompanhar esses eventos e acaba comprometendo a saúde financeira da empresa. Diante disso, as decisões do gestor financeiro são fundamentais para o progresso da empresa mediante os desafios, exigindo conhecimento dos fundamentos das finanças empresariais, especialização, constante atualização, visão completa da organização, capacidade de identificar oportunidades internas e externas, além de interpretar dados com precisão para prever e planejar ações futuras (Assaf Neto, 2019).

Essa compreensão da gestão financeira é necessária em microempresas, onde os desafios podem ser intensificados pela falta de formação profissional dos administradores, visto que, as decisões são concentradas no proprietário da empresa e tomadas de maneira intuitiva, sem informações gerenciais ou com base em dados (Moterle; Wernke; Junges, 2019). Seguindo o mesmo pensamento, Catarino, Santos e Silva (2020) afirmam que é fundamental os gestores possuírem essa compreensão adequada da gestão financeira pessoal, pois isso influencia diretamente o gerenciamento adequado das finanças da empresa. A

ausência dessa compreensão pode levar a decisões inadequadas, prejudicando a saúde financeira da empresa e até mesmo ameaçando sua continuidade.

### ***2.2.1 Planejamento financeiro***

O planejamento financeiro para Gitman (2010) é uma das funções essenciais da administração financeira, que procura destacar as necessidades de desenvolvimento da empresa e identificar eventuais desafios. Assaf Neto (2019) afirma que esta prática é essencial para a gestão empresarial, pois serve como um guia para direcionar, coordenar e controlar as ações necessárias para atingir os objetivos da empresa, possibilitando ao administrador financeiro selecionar, com maior segurança, os ativos mais rentáveis e adequados aos negócios da empresa, buscando maximizar a rentabilidade sobre os investimentos.

Para Gitman (2010) dentro do planejamento financeiro, há dois elementos essenciais: o planejamento de caixa e o planejamento de lucros, no qual, o primeiro envolve a elaboração de um orçamento de caixa que detalha as entradas e saídas previstas de dinheiro, enquanto o segundo se concentra na elaboração de demonstrações financeiras que refletem os resultados operacionais e financeiros. Essas ferramentas são fundamentais para preservar a saúde financeira do empreendimento, pois buscam equilibrar o aumento dos lucros com a manutenção da liquidez necessária para as operações (Gitman, 2010)

O planejamento financeiro para Policarpo e Ferreira (2020) tem um papel essencial para aumentar os lucros e garantir o desempenho operacional diário da empresa, pois permite um controle eficaz do fluxo de caixa, monitorando as entradas e saídas originadas das atividades operacionais, garantindo assim, que os compromissos financeiros sejam cumpridos sem a existência de recursos ociosos ou subutilizados.

Portanto, o principal objetivo do planejamento financeiro nas empresas é assegurar que haja recursos suficientes disponíveis para enfrentar tanto a escassez quanto o excesso de recursos. Para um planejamento detalhado e eficaz, a gestão cuidadosa do fluxo de caixa fornece ao administrador informações precisas e atualizadas, permitindo-lhe tomar, com a devida antecedência, as medidas necessárias para manter o equilíbrio financeiro (Sá, 2014).

### ***2.3 Demonstração do fluxo de caixa***

A demonstração do fluxo de caixa (DFC) é essencial não apenas para capacitar os gestores na execução de um planejamento adequado e controle econômico da empresa, mas também para prever o rumo financeiro da empresa. Conforme Marion (2019), este relatório contábil é fundamental quando utilizado adequadamente ao porte da empresa, se tornando uma ferramenta muito útil para a gestão financeira, pois evidencia as alterações ocorridas no saldo de caixa da empresa durante um período determinado, através de fluxos de recebimentos e pagamentos.

Além disso, Assaf Neto (2019) afirma que a demonstração dos fluxos de caixa oferece ao gestor financeiro uma visão clara e detalhada, essencial para um planejamento financeiro eficiente. Ela revela informações importantes sobre os fluxos de pagamentos e recebimentos da empresa, possibilitando uma gestão mais precisa e proativa das finanças (Assaf Neto, 2019). Esta clareza é particularmente útil para os analistas de demonstrações contábeis, que utilizam a DFC para analisar a capacidade da empresa de gerar caixa e cumprir com seus compromissos financeiros (Gitman, 2010).

Para Marion (2019), a simplicidade na linguagem e nos conceitos utilizados na DFC facilita a comunicação com os usuários das demonstrações contábeis, tornando-a mais acessível para uma compreensão ampla sobre como a empresa está gerando e utilizando seu dinheiro. Sá (2014) complementa que a maneira que os fluxos de caixa são classificados e o

método de sua apresentação consiste em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise, proporcionando diversas perspectivas sobre a saúde financeira da empresa.

### ***2.3.1 Classificação e métodos do fluxo de caixa***

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2016), a demonstração dos fluxos de caixa revela, pelo menos, as mudanças ocorridas durante o exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, divididas entre fluxos das atividades operacionais, atividades de financiamento e atividades de investimento. Para Marion (2019) é fundamental compreender esses três tipos de fluxo de caixa, para entender os elementos que cada um envolve e poder analisar a liquidez, a solvência e a capacidade de crescimento de uma empresa.

O fluxo de caixa operacional considera as atividades que mais geram dinheiro para a empresa, advindas normalmente de transações e eventos que são considerados na contagem do lucro ou prejuízo líquido (CFC, 2016). Está relacionado à fabricação e distribuição de bens e serviços, onde os recebimentos de caixa abrangem as vendas à vista de produtos e serviços, bem como o recebimento de contas a pagar e as despesas de caixa incluem os desembolsos para fornecedores, compra de matérias-primas, pagamento de salários, contratação de serviços, além de impostos, taxas e os juros sobre empréstimos e financiamentos (Assaf Neto, 2019).

O fluxo de caixa de investimentos são as atividades relacionadas aos investimentos que afetam o aumento ou a diminuição dos ativos de longo prazo usados na produção de bens e serviços (Assaf Neto, 2019). Os fluxos de investimentos são as negociações de ativos e transações de investimentos em participações societárias que geram saídas de dinheiro e vendas (Gitman, 2010). É importante separar e divulgar os fluxos de caixa das atividades de investimento, porque esses fluxos mostram o quanto a empresa gasta em recursos para gerar lucros e fluxos de caixa no futuro (CFC, 2016).

O fluxo de caixa de financiamentos são as atividades relacionadas a empréstimos e financiamentos, o que inclui receber empréstimos e outras entradas de dinheiro, enquanto saídas envolvem pagar dividendos, amortizações e comprar bens (Assaf Neto, 2019). Os fluxos de caixa de financiamento vêm de transações financeiras usando dinheiro emprestado ou próprio. Portanto, atividades de financiamento abarcam alterações na dimensão e na estrutura do capital próprio, assim como empréstimos da empresa (Gitman, 2010).

Segundo Assaf Neto (2019), a demonstração do fluxo de caixa é uma ferramenta dinâmica que se elabora de duas formas: através do método direto, que registra diretamente as entradas e saídas de caixa para demonstrar todas as movimentações financeiras, e pelo método indireto, que inicia com o lucro ou prejuízo e é ajustado para representar o fluxo de caixa. A NBC TG 03 (R3) (2016) apresenta uma definição sobre os esses métodos:

A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando alternativamente: (a) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou (b) o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Diante dessas definições, pode-se concluir que o fluxo de caixa registra tudo o que uma empresa recebe e paga. Conforme Policarpo e Ferreira (2020), ao utilizar essa ferramenta com registros detalhados e sem erros, é possível obter uma visão diária, semanal ou mensal das finanças. Isso serve como um instrumento de verificação e análise, fornecendo

informações seguras e importantes sobre a saúde financeira da empresa (Policarpo; Ferreira, 2020). Assim, os gestores podem monitorar as movimentações de recursos presentes e futuros, o que se torna especialmente útil para microempresas.

### ***2.3.2 Fluxo de caixa para microempresas***

Para micro e pequenas empresas, manter um bom controle do fluxo de caixa é fundamental para alcançar seus objetivos de maneira eficaz, especialmente diante do desafio frequente da carência de recursos financeiros. Muitas vezes, a falta de dinheiro impede a implementação de ideias e projetos, e em outras situações, a insuficiência de caixa prejudica diretamente as operações (SEBRAE SP, 2017). Portanto, somente uma gestão eficiente do fluxo de caixa pode auxiliar na compreensão e implementação de estratégias financeiras, tornando-se um instrumento de apoio essencial para as decisões (Sá, 2014).

Nas microempresas, Marion (2019) recomenda a implementação do fluxo de caixa através das atividades operacionais pelo método direto, que fornece uma visão clara e imediata do dinheiro que entra e sai durante as atividades cotidianas, o que permitirá uma gestão financeira mais eficaz ao visualizar o saldo disponível em cada momento. Sá (2014) aponta que ao comparar cuidadosamente as contas a receber com as contas a pagar, é possível projetar o fluxo de caixa, possibilitando ao administrador tomar medidas antecipadas para lidar com a escassez ou o excesso de recursos, evitando assim possíveis crises financeiras.

Conforme Policarpo e Ferreira (2020) o fluxo de caixa se torna uma ferramenta essencial para a gestão financeira bem-sucedida das microempresas, pois proporciona informações valiosas que permite um acompanhamento preciso da entrada e saída de dinheiro, garantindo que a empresa disponha de recursos para operar. Dada a realidade comum de falta de recursos nas microempresas, o fluxo de caixa se torna fundamental, auxiliando no controle e na organização financeira. Sua implementação facilita o gerenciamento das finanças, identificando a necessidade de buscar ajuda financeira externa quando necessário, estabelecendo assim uma base financeira sólida (Silva, 2022).

Com isso Leite, Costa e Lemos (2019) enfatizam a importância de gerir o fluxo de caixa de forma adequada, destacando que ele organiza a vida financeira da microempresa, fornecendo ao administrador uma visão clara sobre as receitas e dívidas da empresa, aspectos fundamentais para tomar decisões informadas. Portanto, analisar os resultados do fluxo de caixa proporciona ao gestor informações claras e detalhadas sobre a situação financeira atual e as perspectivas de sucesso do empreendimento, permitindo assim a implementação de estratégias mais eficazes para promover a estabilidade e o crescimento financeiro da empresa.

## **3 METODOLOGIA**

O presente estudo se classifica como uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa busca entender profundamente o objeto de estudo, focando no específico e peculiar. Portanto, seu objetivo não é explicar, mas sim compreender os fenômenos dentro do contexto em que ocorrem. Sendo assim, este tipo de estudo é realizado em ambientes naturais, proporcionando uma riqueza de dados descritivos e abordando a realidade de maneira complexa e contextualizada (Marconi; Lakatos, 2022).

Diante da necessidade de compreender fenômenos sociais complexos, um estudo de caso permite que os pesquisadores se concentrem em uma situação específica e mantenham uma visão abrangente e realista (Yin, 2015). Este estudo se alinha neste cenário, com o foco em uma pequena empresa prestadora de serviços no segmento de impermeabilização, localizada em São Gonçalo - RJ. Apesar da empresa possuir apenas 7 anos de existência, os proprietários possuem mais de 25 anos de experiência no setor de impermeabilização.

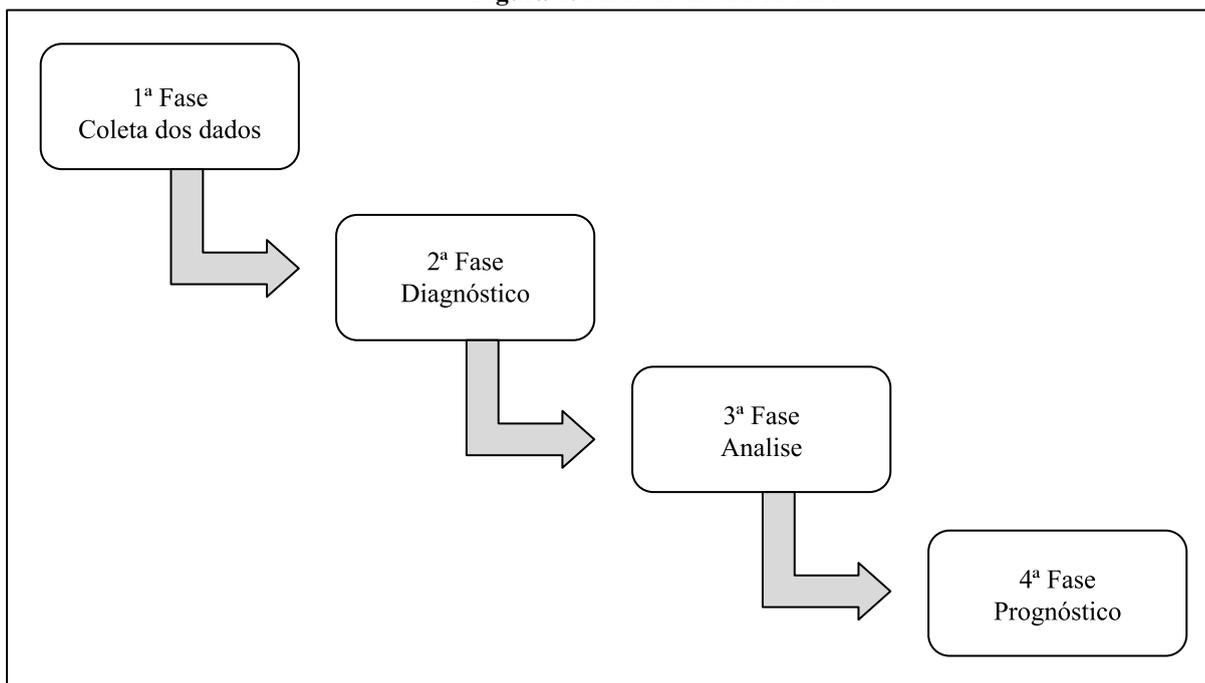
Anteriormente, esses proprietários passaram pela situação de falência em outra empresa do mesmo segmento. A falta de dinheiro em caixa, a ausência de conhecimento sobre gestão financeira e o não cumprimento do princípio da entidade, podem ser os elementos que contribuíram para a não continuidade das empresas.

Para que essa situação não se repita, foi realizada uma pesquisa-ação, que segundo Gil (2022) a pesquisa-ação é caracterizada por seu enfoque situacional, pois busca diagnosticar um problema específico em uma situação determinada, com o objetivo de obter resultados práticos. Isso leva a pesquisa a uma abordagem científica indutiva, no qual o método indutivo utiliza observações específicas para construir conhecimento geral, indo da coleta de dados concretos e a identificação de padrões ou regularidades nesses dados (Marconi; Lakatos, 2022).

Para Gil (2022) em grande parte dos estudos de caso, a coleta de dados é conduzida por meio de entrevistas, observação e análise de documentos, ainda que muitas outras técnicas também possam ser aplicadas. Neste estudo de caso, utilizou-se conforme Olsen (2015) de entrevistas semi-estruturadas que combinam elementos de estruturação e flexibilidade, onde o pesquisador tem um conjunto de perguntas pré-definidas, mas também tem liberdade para explorar novos temas, seguir o raciocínio do entrevistado e fazer perguntas adicionais conforme necessário. Além disso, houve a análise documental, através da consulta de documentos internos à organização, para extrair dados e informações relevantes para o estudo em questão.

Conforme Yin (2015) as fases do estudo de caso não seguem uma ordem fixa e pré-definida. No entanto, definir as fases do estudo de caso é importante porque ajuda na comunicação dos métodos e resultados, permite ajustes flexíveis conforme necessário e auxilia na avaliação e revisão do progresso em cada fase (Gil, 2022). Com isso, este estudo de caso foi desenvolvido em 4 fases, conforme apresentado na Figura 1.

**Figura 1:** Fases do estudo de caso



**Fonte:** Adaptado de Moura et al. (2019, p.49)

A coleta de dados (1ª fase) se deu através de entrevistas realizadas separadamente com os dois sócios da empresa, nos dias 24 e 25 de setembro de 2024. Os depoimentos tiveram duração de 27 minutos e 15 segundos (S1) e 19 minutos e 23 segundos (S2). Seus nomes

foram omitidos e identificados como S1 e S2. Além das entrevistas, foram acessados documentos financeiros, como extratos bancários, guias de pagamento e recolhimento, folhas de pagamento, notas fiscais e comprovantes de transações. Esses dados serviram de base para uma análise detalhada nas próximas etapas. Na 2ª fase, foi realizado o diagnóstico da empresa para identificar as causas que resultam em descontrole financeiro e práticas inadequadas de gestão, como a ausência de registros financeiros e de planejamento.

A análise (3ª fase) envolveu a verificação de documentos, transcrições de entrevistas e registros de observações. Para organizar, comparar e interpretar esses dados, utilizou-se a estruturação em uma planilha, conforme proposto por Gil (2022). Essa abordagem facilitou a compreensão e interpretação das informações coletadas, proporcionando um entendimento mais claro dos resultados obtidos. Por fim, com base nas informações coletadas, foi apresentado um prognóstico (4ª fase), que propõe um modelo de gestão de fluxo de caixa. Esse modelo incentiva os sócios a adotarem a prática de separar as finanças pessoais das empresariais, visando melhorar o desempenho e o planejamento financeiro da empresa.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### ***4.1 Caracterização da empresa***

A empresa objeto deste estudo atua no setor de impermeabilização na construção civil e está localizada no município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Fundada em 2017, trata-se de uma empresa familiar criada por pai e filho (sócios da empresa), que, após anos de experiência no ramo da construção civil, identificaram uma carência no mercado local por serviços de impermeabilização. Diante dessa demanda, decidiram abrir o negócio para atender às necessidades da região.

A empresa adotou um novo método de aplicação com o objetivo de tornar o processo de impermeabilização rápido e eficiente. Essa abordagem reduz o tempo de execução das obras e aumenta a durabilidade das estruturas. Além da impermeabilização padrão, a empresa disponibiliza contratos de manutenção preventiva, que contribuem para a durabilidade das construções e ajudam a reduzir os custos de manutenção a longo prazo.

Atualmente, a empresa é optante pelo regime de tributação do Simples Nacional e conta com nove funcionários registrados, prestando serviços para três construtoras parceiras, que advém a principal fonte de receita da prestação dos serviços de impermeabilização. Com isso, a empresa mantém uma relação direta com essas construtoras, oferecendo orçamentos detalhados, elaborados por um engenheiro civil (prestador de serviços contratado pela empresa) e suporte técnico durante e após a execução dos serviços.

A empresa conta com uma contabilidade terceirizada para lidar com as questões fiscais e trabalhistas. No entanto, a gestão financeira é realizada pelos próprios proprietários, que não possuem formação específica na área e não buscam o auxílio de um profissional especializado para auxiliá-los na tomada de decisões. Além disso, os sócios constantemente utilizam o caixa da empresa para as despesas pessoais, o que limita o acesso a ferramentas financeiras que poderiam ajudá-los a otimizar a gestão e o desempenho da empresa, como apontado por Moterle, Wernke e Junges (2019).

### ***4.2 Análise das entrevistas***

A fim de identificar as principais lacunas e desafios enfrentados na separação das finanças pessoais e empresariais. Foram realizadas entrevistas com os sócios e a análise de documentos financeiros para reunir informações essenciais sobre a gestão financeira da empresa.

Quando questionado sobre a ideia de manter o dinheiro da empresa separado do seu dinheiro pessoal e quais eram os desafios encontrados em manter essa separação, o S2 mencionou que não faz essa separação, e que, caso a empresa decida implementar essa separação, será um desafio, pois ele acaba recorrendo ao dinheiro da empresa para cobrir suas despesas pessoais. O S2 informou que:

*“Até hoje eu ainda não tive essa ideia. Já pensei nisso, né? Em fazer essa separação, mas até então, eu não faço essa separação. Eu uso o cartão da empresa, eu acabo pagando minhas despesas pessoais também, né? Eu vou na padaria, eu compro pão, vou no mercado, entendeu? Então eu não faço essa separação... Digamos que eu estipulei um salário aí, de 5.000 reais, né? Aí é minha despesa diárias, do dia a dia, despesas mensal, né? Acabou ultrapassando esse valor, aí eu recorro ao da empresa, entendeu? Acabo recorrendo ao dinheiro da empresa, aí acaba que continua a bola de neve, continua isso aí enrolando sempre”.*

O S1 quando recebeu o mesmo questionamento relatou que considera essa separação importante, pois o que é da empresa é da empresa e o que é dele, é dele. No entanto, ele acaba fazendo uma retirada para si todo mês. Para o S1:

*“É uma ideia bacana, porque o da empresa, é da empresa, o que eu tiro, é meu. É porque tem mês que fica enforcado, né? Às vezes você faz um cálculo lá, vou gastar 5.000 nesse mês, baseado no meu salário, mais ou menos. E acaba que sempre ultrapassa, né? Sempre acontece alguma coisa, aí você acaba recorrendo ao dinheiro da empresa”.*

Agregando a esses relatos, os extratos bancários do período analisado também evidenciam a confusão entre os bens empresariais e pessoais, sendo prejudiciais às finanças da empresa, o que corrobora as ideias de Batista, Lima e Gama (2023) e Pimentel e Filho (2019). Além da falta de conhecimento sobre o princípio da entidade, a entrevista revelou que as decisões da empresa são centralizadas nos sócios, que não possuem a formação ou conhecimento adequado, conforme apontado por Moterle, Wernke e Junges (2019). Segundo o S1:

*“A gente não possui nenhuma formação. E a gestão é com a gente mesmo, os dois sócios. É a gente mesmo, que a empresa não é uma empresa que tem muita gente, aí é a gente mesmo que administra. Entendeu? É eu mesmo e o sócio que tomamos as decisões da empresa”.*

Na sequência, o S2 mencionou que o controle é feito por meio de anotações em cadernos e consulta de extratos bancários. No entanto, não realizam a conciliação bancária e não utilizam nenhuma outra ferramenta. Segundo o S2:

*“Tipo assim, eu costumo controlar essa parte aí, mas como é eu e meu pai, ele também tem esse controle, mas o controle dele é tipo assim, meio que mentalmente. Ele já sabe que o serviço vai dar tanto, vai ter tanto despesa, né? E eu sou a anoto aquilo ali, no caso eu anoto no caderno. Só mesmo para a gente tá comprovando e depois conferir no extrato”.*

Com base na resposta, o sócio foi questionado se conseguia realizar o controle das finanças da empresa utilizando o método que adotava. O S2 afirmou:

*“Ultimamente a gente não tem conseguido fazer esse controle. Porque às vezes não dá pra gente (sócios) sobreviver com o que a gente tem, aí recorre o (caixa) da empresa. Tem meses que a gente separa o da empresa, mas tem meses que a gente não separa, só separa o nosso. Quando entra, por exemplo, 60 mil, 30 mil para despesas da empresa, 30.000 para nós três. Entrou 50, a empresa fica de fora, fica*

*lá sem nada, não recebe nada. Eu tiro meus 10, ele tira os 10 dele e pronto, paga as despesas com os 30 restante e não vai nada pro caixa da empresa”.*

Esse relato reforça a ideia do SEBRAE SP (2017), que enfatiza que uma boa gestão financeira depende de registros e controles adequados. No entanto, conforme o estudo de Catarino, Santos e Silva (2020), a falta de conhecimento sobre gestão financeira pessoal prejudica a eficácia desses registros e controles nas finanças da empresa. Devido a essa falta de registros e controle, os sócios foram questionados sobre a maneira como a empresa monitora o fluxo de caixa. O S2 afirmou que:

*“Não, a empresa não tem um fluxo de caixa. Então não tem monitoramento, é meu pai que fechou tal obra e tal obra vai cair tanto, vai sair o valor x de outra obra, tá? Como é que tá o caixa? Tem dinheiro para pagar o funcionário? tem. Ah, então tá bom. Não tem um controle, né? É mas isso mesmo”.*

Com base na resposta, o sócio foi questionado sobre como realiza o planejamento das entradas e saídas de dinheiro. O S1 mencionou que utiliza sua experiência adquirida na empresa anterior para gerenciar a atual.

*“Durante essa empresa agora, que é a segunda empresa minha, a gente tá tentando manter as coisas direitinho. Porque com a outra que eu tinha, houve o seguinte: a gente trabalhava para outra empresa, a empresa quebrou, não pagou. Mas, a gente não deixou de pagar os nossos funcionários, aí a gente foi tocando, tocando e chegou uma hora que não aguentou mais, começamos a atrasar os pagamentos, saímos do simples, aí veio os impostos e ficou ruim...”.*

*“Quando a gente abriu essa empresa em 2017, a gente já abriu sabendo que foi a falta de dinheiro que quebrou a outra (empresa), mas hoje com o conhecimento que a gente tem, a gente tenta estar calçado, que funcionário não espera, impostos não espera, chega, entendeu? Você tem que estar um pé na frente, pra se alguma coisa acontecer, você estar calçado”.*

Apesar das experiências adquiridas nos desafios enfrentados, o S1 explica que, como prestadores de serviços, eles precisam ter um fluxo de caixa, para lidar com imprevistos e manter a empresa funcionando.

*“A gente que é prestador, tem hora que o que a gente fatura não dá para cobrir, naquele mês. Entendeu? Por isso que a gente tem que ter o fluxo de caixa, porque a gente não sabe o que é que vai acontecer amanhã. Hoje nós pode tá com 10 obras, amanhã nós pode estar com três, por isso tem que sobrar, se não, não adianta você manter uma empresa. Você vai se enrolar, por que as contas chegam né”.*

Com base nesse relato, o sócio foi questionado sobre os períodos de baixa demanda por serviços de impermeabilização e como a empresa supera esses momentos de redução no fluxo de caixa. O S1 informou que, em momentos de baixa entrada de dinheiro, eles precisam reduzir a equipe de funcionários. Conforme o S1:

*“Quando cai o fluxo de caixa é porque tá caindo as obras, tá acabando. Eu tento não ter essa dificuldade, entendeu? Mas não dá pra você manter 10 funcionários onde só cabem 5. Então quando não tem obra, o negócio é botar gente pra fora, se você não tiver obra para 10, tem que manter 5 e 5 tem que ir embora. Entendeu? Ah, se aparecer mais obra, a gente contrata de novo, entendeu? É assim que funciona, um sobe e desce de funcionário. Essa é a estratégia que a gente tem”.*

Conforme apresentado por Leite, Costa e Lemos (2019), a gestão financeira inadequada acaba influenciando nas decisões da empresa, que não consegue enfrentar um

momento de diminuição na prestação dos serviços ou no momento de finalização da obra. A fim de sugerir ferramentas para superar esses desafios e auxiliar na gestão financeira, os sócios foram questionados sobre a implementação de um fluxo de caixa. O S1 mencionou que, mediante a forma que a empresa opera, seria fundamental ter um fluxo de caixa e fazer uma reserva. Para o S1:

*“A empresa precisa de um fluxo de caixa, precisa ter um reserva, porque a empresa funciona assim; quando a gente pega uma obra, a gente faz um contrato de um milhão, né? Por exemplo. Desse um milhão, no mínimo 40%, eu vou ter que comprar de material. Entendeu? Esses 40% de material eu compro todo no nome da construtora (parceira). Depois o recebimento pelo serviço é o seguinte: tem construtora que mede dia 20 e paga até dia 5. Tem outras que medem dia 30, paga dia 15, entendeu? Tem sempre uns 15 dias, depois que você tira a nota. É por isso que tem que guardar (dinheiro), a empresa tem que ter o caixa dela pra ser melhor administrada”.*

O S2 enfatizou que seria importante ter um fluxo de caixa para lidar com as questões trabalhistas, e reconheceu que a prática adotada pelos sócios acaba prejudicando o modelo de prestação de serviços que a empresa utiliza. Para o S2:

*“Seria bem viável para gente, porque manteria um controle da questão financeira, né? Eu sei que a gente, retirando(dinheiro) todo mês, vai chegar uma hora que vai dar ruim, entendeu? Se você todo dia tirar um pouquinho daqui, vai chegar uma hora que você não vai ter nada, entendeu?Porque chega fim de ano, nós tem que pagar décimo terceiro de funcionário. Ai às vezes a gente fica dependendo de medições para poder fazer você trabalhar, né? Para ter aquele dinheiro para fazer esse pagamento. Se vai mandar um funcionário embora e a gente fica meio assim, o dinheiro que tem lá, dá para mandar embora? Mas aí o caixa já vai ficando vermelho, entendeu? Vai ficar dependendo trabalhar para poder gerar dinheiro para poder continuar sobrevivendo”.*

Assim, percebe-se a falta de um controle adequado sobre as finanças da empresa, como também, a ausência de separação entre as finanças pessoais e empresariais e a inexistência de um fluxo de caixa formal. A partir dessas informações, foi possível avançar para a próxima etapa, o diagnóstico, que permite uma análise mais detalhada das causas e das necessidades para uma gestão financeira eficiente.

### **4.3 Diagnóstico**

A empresa de impermeabilização em questão enfrenta desafios comuns a muitas pequenas empresas no Brasil, especialmente a dificuldade em manter uma gestão financeira eficiente e estruturada. Um dos problemas centrais observados é a mistura de finanças pessoais e empresariais. De acordo com o princípio da entidade, proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1993), o patrimônio de uma empresa deve ser separado do patrimônio pessoal dos sócios.

No entanto, os sócios frequentemente utilizam recursos da empresa para despesas pessoais, prática que gera confusão financeira e compromete a clareza das demonstrações contábeis. Essa violação do princípio da entidade compromete a capacidade da empresa de mensurar e analisar sua real situação patrimonial, conforme destaca Iudícibus, Marion e Faria (2018). A situação é ainda mais complexa considerando que as decisões financeiras são centralizadas nos sócios, que carecem de formação específica na área, conforme apresentado por Moterle, Wernke e Junges (2019).

Outro ponto crítico é a ausência de um sistema formal de controle financeiro. Os sócios mantêm registros de maneira informal, em cadernos, e baseiam-se em controles

mentais para monitorar entradas e saídas de caixa. Conforme destaca Assaf Neto (2019), a ausência de um controle eficaz sobre as finanças limita a visão dos recursos disponíveis, o que dificulta o planejamento e reduz a previsibilidade financeira. Sem um fluxo de caixa estruturado, a empresa fica suscetível a dificuldades para cobrir despesas inesperadas ou manter o pagamento de funcionários em períodos de baixa demanda.

Além disso, a empresa não mantém uma reserva financeira, essencial para enfrentar sazonalidades e variações na demanda. Conforme apresentado por Gitman (2010), um planejamento financeiro que inclua uma reserva é fundamental para a continuidade operacional, especialmente em microempresas, que tendem a operar com margens de lucro menores. Na ausência de reservas, a empresa acaba recorrendo a cortes no quadro de funcionários para equilibrar o fluxo de caixa, o que prejudica a continuidade dos serviços e afeta negativamente o relacionamento com a equipe.

Portanto, a falta de um planejamento financeiro estruturado é uma deficiência importante que a empresa deve abordar. Conforme destacado por Gitman (2010), os sócios precisam compreender que um fluxo de caixa adequado é essencial não apenas para gerenciar as operações diárias, mas também para garantir a viabilidade a longo prazo. O uso recorrente do caixa da empresa para despesas pessoais pode levar à insolvência, caso não sejam tomadas medidas corretivas, conforme apontado por Batista, Lima e Gama (2023). Assim, o entendimento do princípio da entidade e a aplicação rigorosa desse conceito podem proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento de práticas financeiras que impulsionam a eficiência e a sustentabilidade da empresa.

#### 4.4 Análise

Os problemas identificados no diagnóstico geram consequências significativas para a empresa. A confusão patrimonial, provocada pela ausência de separação entre finanças pessoais e empresariais, distorce o entendimento do real desempenho financeiro. Conforme Lopes (2017), manter essa separação protege o patrimônio pessoal dos sócios e proporciona maior clareza sobre a saúde financeira da empresa. Sem uma linha divisória clara, os sócios correm o risco de comprometer tanto seus recursos pessoais quanto os da empresa, dificultando o desenvolvimento de uma estratégia de crescimento ou de investimentos.

Para evidenciar o impacto do comportamento inadequado dos sócios no desempenho financeiro da empresa, foi elaborado um fluxo de caixa em uma planilha de excel, com base nos documentos analisados. A estrutura do fluxo de caixa foi montada de acordo com as movimentações da empresa no período de outubro de 2022 a setembro de 2024. Na Tabela 1, estão apresentadas as entradas e saídas de caixa correspondentes ao período de estudo.

**Tabela 1:** Fluxo de caixa realizado

Período	Saldo Inicial	Entradas	Saídas Operacionais	Saídas Pessoais	Saídas Pessoais (%)	Fluxo do Período	Saldo Final
out/22	20.436,43	241.033,86	125.380,74	87.092,98	36,13%	28.560,14	48.996,57
nov/22	48.996,57	113.803,46	72.049,39	50.047,52	43,98%	-8.293,45	40.703,12
dez/22	40.703,12	41.926,45	50.962,56	16.987,52	40,52%	-26.023,63	14.679,49
jan/23	14.679,49	64.540,58	47.522,31	25.588,94	39,65%	-8.570,67	6.108,82
fev/23	6.108,82	66.720,31	49.138,62	12.284,65	18,41%	5.297,04	11.405,86
mar/23	11.405,86	111.069,05	50.711,75	35.225,80	31,72%	25.131,50	36.537,36
abr/23	36.537,36	121.211,16	61.514,64	42.729,79	35,25%	16.966,73	53.504,09
mai/23	53.504,09	123.648,03	57.513,30	39.950,35	32,31%	26.184,38	79.688,47
jun/23	79.688,47	161.749,93	87.661,66	60.892,24	37,65%	13.196,03	92.884,50

jul/23	92.884,50	24.961,07	61.837,11	42.953,79	172,08%	-79.829,83	13.054,67
ago/23	13.054,67	156.268,12	90.199,61	62.655,18	40,09%	3.413,33	16.468,00
set/23	16.468,00	94.302,24	59.581,95	41.387,29	43,89%	-6.667,00	9.801,00
out/23	9.801,00	194.946,36	84.019,97	58.362,62	29,94%	52.563,77	62.364,77
nov/23	62.364,77	44.879,75	63.944,17	44.417,42	98,97%	-63.481,84	-1.117,07
dez/23	-1.117,07	167.256,61	92.270,86	64.093,92	38,32%	10.891,83	9.774,76
jan/24	9.774,76	110.159,03	50.385,44	8.891,55	8,07%	50.882,04	60.656,80
fev/24	60.656,80	91.890,30	56.070,35	84.105,52	91,53%	-48.285,57	12.371,23
mar/24	12.371,23	112.708,51	55.834,64	83.751,96	74,31%	-26.878,09	-14.506,86
abr/24	-14.506,86	211.348,63	51.320,50	153.961,49	72,85%	6.066,65	-8.440,21
mai/24	-8.440,21	145.001,78	71.734,96	47.823,30	32,98%	25.443,52	17.003,31
jun/24	17.003,31	179.715,02	55.449,79	83.174,68	46,28%	41.090,55	58.093,86
jul/24	58.093,86	185.163,33	63.289,49	147.675,47	79,75%	-25.801,62	32.292,24
ago/24	32.292,24	189.942,81	71.491,81	121.729,30	64,09%	-3.278,30	29.013,94
set/24	29.013,94	132.039,14	64.594,64	43.063,09	32,61%	24.381,41	53.395,35
<b>Total do Período</b>	<b>3.086.285,53</b>	<b>1.469.099,49</b>	<b>1.584.227,12</b>	<b>51,33%</b>	<b>32.958,92</b>		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2024)

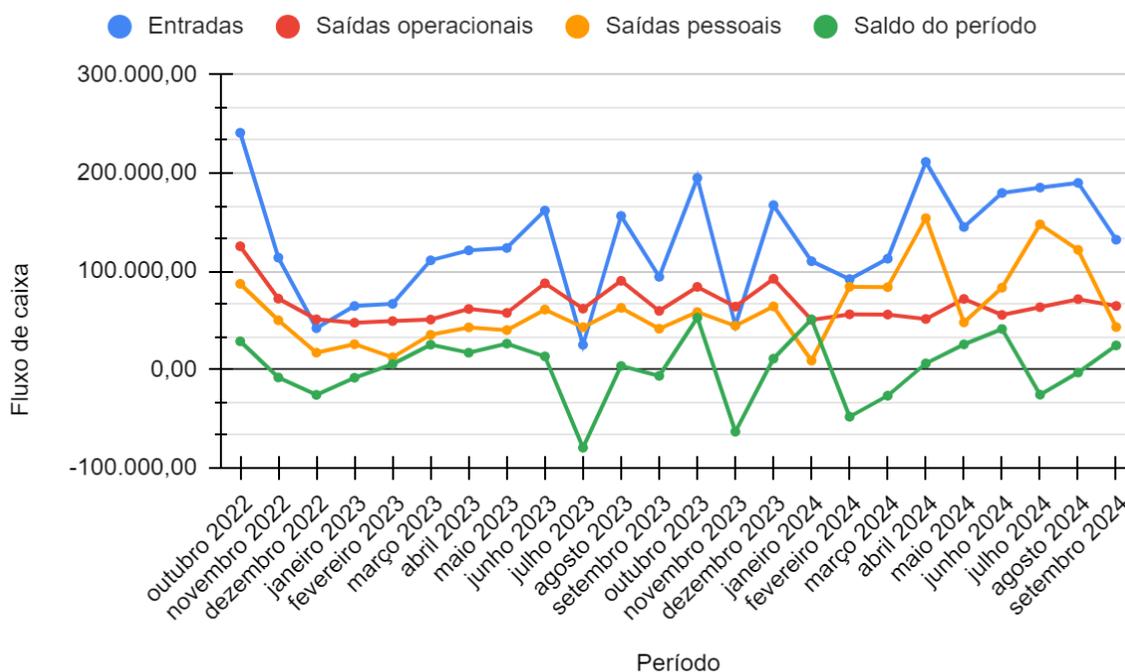
Através da Tabela 1, pode-se analisar que nos períodos de baixa entrada, somados a altas saídas pessoais, o fluxo de caixa da empresa apresenta fragilidade, frequentemente resultando em saldo negativo. Em julho de 2023, as entradas foram de R\$ 24.961,07, enquanto as saídas operacionais e pessoais somaram R\$ 61.837,11 e R\$ 42.953,79, respectivamente, resultando em um fluxo negativo de caixa de 79.829,83, causando uma redução considerável no saldo final do período partindo de R\$ 92.884,50 para R\$ 13.054,67.

Em novembro de 2023, as saídas pessoais totalizaram R\$ 44.417,42, representando 98,97% das entradas de R\$ 44.879,75, o que indica que praticamente toda a receita do mês foi destinada ao uso pessoal, culminado com as saídas operacionais de R\$ 63.944,17, acabou-se gerando um resultado operacional negativo do período no valor de R\$ 63.481,84, resultado que afetou também o saldo final do caixa que acumulou negativamente em R\$ 1.117,07.

A situação de fevereiro de 2024 seguiu uma tendência semelhante: apesar de uma entrada de R\$ 91.890,30, o valor das saídas pessoais, que totalizaram R\$ 84.105,52, correspondendo a 91,53% das entradas, além das despesas operacionais de R\$ 56.070,35, prejudicou o fluxo de caixa do período, que encerrou negativo em 48.285,57. O mês de março de 2024 também terminou com saldo negativo. Mesmo com uma entrada considerável de R\$ 112.708,51, as saídas pessoais de R\$ 83.751,96, representando 74,31% das entradas e as saídas operacionais de R\$ 55.834,64 superaram as receitas. Assim, o resultado operacional do período resultou em um caixa negativo no valor de R\$ 26.878,09 e saldo final negativo de R\$ 14.506,86.

No mês de abril de 2024, mesmo com a entrada bastante significativa de R\$ 211.348,63, a saída pessoal de R\$ 153.961,49, o que representa 72,85% da receita, juntamente com o saldo negativo do mês anterior contribuiu para que o saldo final de abril terminasse negativo em R\$ 8.440,21. E no mês de julho de 2024, com uma receita de R\$ 185.163,33, saídas operacionais de R\$ 63.289,49 e as saídas para o uso pessoal representando quase 80% das entradas, no valor de R\$ 147.675,47, resultaram em um caixa negativo no valor de R\$ 25.801,62.

Com base na Tabela 1, foi elaborado o Gráfico 1 para o período em questão, permitindo uma visualização mais clara dos dados coletados.

**Gráfico 1:** Fluxo de caixa

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2024)

Essa constância em diversos períodos, evidencia que a falta de ajuste das saídas pessoais às flutuações de entrada contribui diretamente para um caixa deficitário, impedindo a formação de reservas e expondo a empresa a riscos operacionais imediatos. Em vez de prever e preparar-se para a sazonalidade no mercado de impermeabilização, a empresa recorre a ações emergenciais, como a demissão de funcionários. Essa estratégia de corte, necessária pela falta de planejamento, prejudica a capacidade da empresa de atender à demanda quando ela aumenta novamente.

Conforme, Costa e Lemos (2019), esse tipo de gestão financeira inadequada enfraquece a competitividade e pode comprometer o crescimento a longo prazo. A falta de um controle e planejamento financeiro faz com que a empresa fique despreparada para períodos de baixa entrada de recursos, limitando a capacidade de adaptar-se às variações de demanda. Conforme Policarpo e Ferreira (2020), uma boa gestão de caixa proporciona segurança para enfrentar eventuais crises financeiras e possibilita honrar os compromissos, mesmo em períodos de escassez.

Na ausência de um controle de fluxo de caixa, a empresa perde a oportunidade de fazer um planejamento eficaz, o que aumenta a vulnerabilidade a crises financeiras, conforme mencionado por Gitman (2010). Além disso, a centralização da gestão nas mãos dos sócios, sem suporte especializado, torna a empresa menos eficiente em fazer um planejamento preciso, o que limita a implementação de boas práticas e aumenta a dependência dos sócios em processos improvisados.

#### 4.5 Prognóstico

Se os sócios decidirem adotar práticas financeiras mais rigorosas e compreenderem a importância do princípio da entidade, é provável que a saúde financeira da empresa melhore significativamente. A separação clara entre as finanças pessoais e empresariais permitirá que os sócios desenvolvam uma abordagem mais responsável em relação ao uso dos recursos da

empresa, conforme indicado por Iudícibus, Marion e Faria (2018). Com essa mudança, a empresa poderá operar de maneira mais eficiente, minimizando os riscos associados ao uso inadequado de capital e fortalecendo sua posição no mercado.

A implementação de um fluxo de caixa estruturado também terá um impacto positivo nas operações da empresa. Com um acompanhamento mais rigoroso das finanças, os sócios poderão prever melhor as necessidades de capital e planejar adequadamente as operações. Conforme Assaf Neto (2019), essa prática não apenas contribuirá para a eficiência financeira, mas também permitirá que a empresa seja mais resiliente em face das flutuações do mercado.

A seguir, a Figura 2 apresenta a planilha de fluxo de caixa projetado, com o objetivo de fornecer uma visão detalhada das entradas e saídas financeiras previstas ao longo do ano de 2025. Vale ressaltar que os insumos utilizados para a execução dos serviços de impermeabilização são adquiridos e custeados pelas construtoras contratantes. Assim, essa projeção ilustra como a empresa pode estruturar o seu planejamento financeiro, possibilitando uma gestão mais eficiente dos recursos e uma melhor preparação para imprevistos.

**Figura 2:** Fluxo de caixa projetado para 2025

FLUXO DE CAIXA PROJETADO PARA 2025												
PERÍODO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>ENTRADAS</b>												
Prestação de serviços	67.098,12	98.338,84	145.453,17	67.851,75	105.366,44	141.327,31	153.483,79	111.311,91	110.750,90	75.107,13	78.254,18	50.952,12
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>67.098,12</b>	<b>98.338,84</b>	<b>145.453,17</b>	<b>67.851,75</b>	<b>105.366,44</b>	<b>141.327,31</b>	<b>153.483,79</b>	<b>111.311,91</b>	<b>110.750,90</b>	<b>75.107,13</b>	<b>78.254,18</b>	<b>50.952,12</b>
<b>SAÍDAS</b>												
Folha de pagamento dos funcionários	18.359,98	32.547,30	19.763,27	16.512,31	22.436,86	22.436,86	22.436,86	22.436,86	22.436,86	22.436,86	32.824,30	47.505,21
Ajuda de custo	4.133,24	3.722,67	3.614,82	4.359,68	5.009,87	5.009,87	5.349,07	5.009,87	5.179,47	5.349,07	4.840,27	3.992,27
Alimentação	4.560,00	3.600,00	3.600,00	4.800,00	5.040,00	5.040,00	5.520,00	5.040,00	5.280,00	5.520,00	4.800,00	3.600,00
Aluguel de imóvel (água+energia incluso)	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00	2.150,00
DARF (IRRF, RAT)	1.283,53	702,74	1.087,89	642,05	806,62	806,62	806,62	806,62	806,62	806,62	806,62	1.118,24
DAS (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/Pasep)	3.254,04	5.529,12	8.085,88	11.836,41	5.472,44	8.499,37	11.392,29	12.384,24	8.950,19	8.845,53	5.995,72	6.220,16
Alvará	1.042,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração dos sócios (pró-labore)	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63	6.046,63
INSS pró labore	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00	770,00
Engenheiro (prestador de serviço)	2.012,94	2.950,17	4.363,60	2.035,55	3.160,99	4.239,82	4.604,51	3.339,36	3.322,53	2.253,21	2.347,63	1.528,56
Contador (prestador de serviço)	1.412,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00	1.509,00
EPI	1.652,83	0,00	0,00	0,00	1.652,83	0,00	0,00	0,00	1.652,83	0,00	0,00	0,00
Plano de saúde empresarial	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02	4.289,02
Seguro de vida	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43	145,43
Combustível	2.592,64	1.458,36	1.984,99	2.592,64	3.281,31	3.281,31	2.592,64	3.281,31	3.281,31	3.281,31	2.592,64	1.458,36
Manutenção do veículo	0,00	0,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.230,00	0,00	0,00
Seguro do veículo	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47	1.085,47
Impostos do veículo	1.535,04	1.266,39	1.266,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas manutenção da conta bancária	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>56.464,52</b>	<b>67.911,30</b>	<b>59.901,39</b>	<b>60.663,19</b>	<b>62.995,46</b>	<b>65.448,39</b>	<b>68.836,54</b>	<b>68.432,80</b>	<b>67.044,35</b>	<b>65.857,15</b>	<b>70.341,72</b>	<b>81.557,35</b>
<b>1 (ENTRADAS - SAÍDAS)</b>	<b>10.633,60</b>	<b>30.427,54</b>	<b>85.551,79</b>	<b>7.188,56</b>	<b>42.370,98</b>	<b>75.878,92</b>	<b>84.647,25</b>	<b>42.879,11</b>	<b>43.706,56</b>	<b>9.249,98</b>	<b>7.912,46</b>	<b>-30.605,23</b>
<b>2 SALDO ANTERIOR</b>	<b>0,00</b>	<b>9.570,24</b>	<b>36.955,03</b>	<b>96.841,28</b>	<b>101.873,27</b>	<b>131.532,96</b>	<b>184.648,20</b>	<b>243.901,27</b>	<b>273.916,65</b>	<b>304.511,24</b>	<b>310.986,22</b>	<b>316.524,95</b>
<b>3 SALDO ACUMULADO (1 + 2)</b>	<b>10.633,60</b>	<b>39.997,78</b>	<b>122.506,82</b>	<b>104.029,84</b>	<b>144.244,25</b>	<b>207.411,87</b>	<b>269.295,44</b>	<b>286.780,38</b>	<b>317.623,21</b>	<b>313.761,21</b>	<b>318.898,69</b>	<b>285.919,71</b>
<b>4 RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS</b>	<b>1.063,36</b>	<b>3.042,75</b>	<b>8.555,18</b>	<b>718,86</b>	<b>4.237,10</b>	<b>7.587,89</b>	<b>8.464,72</b>	<b>4.287,91</b>	<b>4.370,66</b>	<b>925,00</b>	<b>791,25</b>	<b>0,00</b>
<b>5 SALDO PARCIAL (3 - 4)</b>	<b>9.570,24</b>	<b>36.955,03</b>	<b>113.951,64</b>	<b>103.310,98</b>	<b>140.007,15</b>	<b>199.823,98</b>	<b>260.830,72</b>	<b>282.492,47</b>	<b>313.252,55</b>	<b>312.836,22</b>	<b>318.107,44</b>	<b>285.919,71</b>
<b>6 DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.110,36</b>	<b>1.437,71</b>	<b>8.474,20</b>	<b>15.175,78</b>	<b>16.929,45</b>	<b>8.575,82</b>	<b>8.741,31</b>	<b>1.850,00</b>	<b>1.582,49</b>	<b>0,00</b>
<b>7 SALDO FINAL (5 - 6)</b>	<b>9.570,24</b>	<b>36.955,03</b>	<b>96.841,28</b>	<b>101.873,27</b>	<b>131.532,96</b>	<b>184.648,20</b>	<b>243.901,27</b>	<b>273.916,65</b>	<b>304.511,24</b>	<b>310.986,22</b>	<b>316.524,95</b>	<b>285.919,71</b>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2024)

O fluxo de caixa projetado para 2025 apresenta uma dinâmica financeira que evidencia tanto a sazonalidade das receitas quanto uma gestão cuidadosa das despesas. As entradas ao longo do ano variam significativamente, com picos notáveis em março, junho e julho, nos valores de R\$ 145.453,17, R\$ 141.327,31 e R\$ 153.483,79, respectivamente, o que sugere períodos específicos de alta demanda.

Em contrapartida, as saídas apresentam um comportamento mais estável, abrangendo despesas recorrentes como folha de pagamento, encargos trabalhistas (INSS e FGTS), aluguel, e outros custos operacionais. Contudo, observa-se que em alguns meses específicos, os gastos aumentam devido a obrigações adicionais, como o 13º salário e as férias, gerando

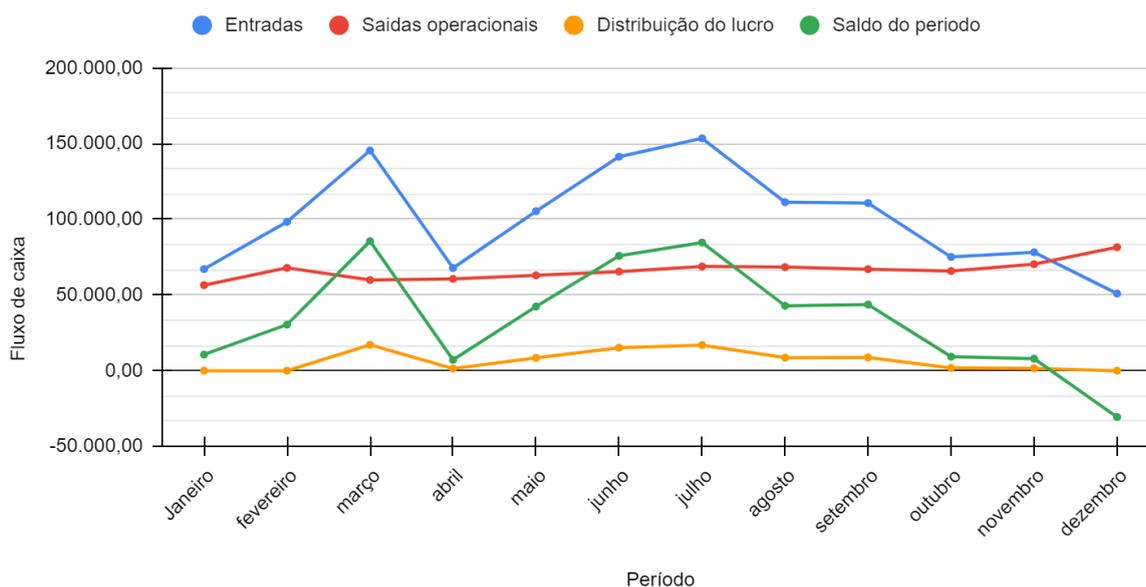
picos de despesas. Nesses períodos de receitas menores e despesas maiores, manter um saldo positivo torna-se mais desafiador, o que ressalta a importância de fazer um planejamento preventivo.

A projeção inclui também uma reserva para contingências, no valor de 10% sobre o resultado operacional líquido do mês, reforçando a estratégia de resguardar o fluxo financeiro contra imprevistos. Essa reserva ajudará a cobrir despesas fixas, como salários e impostos, evitando a necessidade de recorrer a cortes de pessoal. Conforme destacado por Gitman (2010), o planejamento financeiro, incluindo a criação de reservas, é essencial para a estabilidade da empresa e a continuidade das operações.

Além disso, com intuito de administrar as retiradas, foi estabelecida uma distribuição de lucros, ocorrendo de forma pontual e controlada ao longo do ano. Assim, será distribuído 20% do lucro líquido do mês, desde que a empresa venha a ter saldo em caixa suficiente para cobrir as despesas operacionais previstas para o mês seguinte. Essa prática possibilita a manutenção de um saldo final positivo na maioria dos meses, como destaca o saldo observado no mês de novembro, que chega a R\$316.524,95, antes de uma queda projetada para dezembro.

O Gráfico 2, elaborado a partir da Figura 2, facilita a compreensão das entradas e saídas previstas para o ano de 2025.

**Gráfico 2:** do fluxo de caixa projetado



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2024)

A adoção desse modelo de fluxo de caixa, como ferramenta para um planejamento financeiro proativo, permitirá que os sócios se antecipem a imprevistos e ajustem suas operações conforme necessário. Com um modelo de gestão que considere as variáveis do setor de impermeabilização, a empresa poderá não apenas enfrentar crises, mas também aproveitar oportunidades de crescimento, conforme apontado por Sá (2014).

Por outro lado, se os sócios não aderirem a esse modelo, a tendência é que a situação financeira da empresa continue a se deteriorar. A falta de controle financeiro e a confusão entre as finanças pessoais e empresariais podem levar a um ciclo vicioso que, se não abordado, poderá resultar em insolvência, conforme apresentado por Batista, Lima e Gama (2023). A ausência de um fluxo de caixa formal e a falta de planejamento proativo podem deixar a empresa vulnerável a desafios inesperados. Sem a capacidade de prever e planejar as

necessidades de capital, os sócios podem se ver em situações difíceis, onde decisões rápidas e muitas vezes prejudiciais precisam ser tomadas, conforme destaca Assaf Neto (2019) e Catarino, Santos e Silva (2020).

Portanto, o futuro da empresa no ramo de impermeabilização depende diretamente da disposição dos sócios em reconhecer e enfrentar esses desafios. Com a implementação de práticas financeiras adequadas e a adesão ao princípio da entidade, a empresa poderá se posicionar de maneira mais forte no mercado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender como o princípio da entidade pode contribuir para uma gestão de fluxo de caixa eficiente em uma empresa do ramo de impermeabilização, por meio de um estudo de caso e métodos qualitativos, foi possível identificar os desafios na gestão financeira e propor melhorias práticas alinhadas às necessidades da empresa.

Para alcançar uma compreensão sobre a eficiência financeira no contexto analisado, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo foi apresentar as principais características da gestão financeira à luz do princípio da entidade, o que permitiu identificar a mistura recorrente de finanças pessoais e empresariais, comprometendo a transparência financeira. O segundo objetivo consistiu em mapear os principais pontos divergentes entre a gestão financeira aplicada e o princípio contábil, revelando uma ausência de ferramentas e registros adequados. Por fim, o terceiro objetivo propôs um modelo de gestão financeira com foco na separação patrimonial e em fluxos estruturados, evidenciando melhorias práticas possíveis para a empresa.

Durante a pesquisa, foi identificada uma limitação importante: a ausência de registros estruturados, como conciliações bancárias e históricos financeiros detalhados. Essa lacuna dificultou a análise precisa das práticas de gestão de caixa. Além disso, a falta de clareza na identificação de despesas pessoais e empresariais gerava confusão, comprometendo a análise. Assim, o estudo se apoiou em entrevistas e nos registros disponíveis, que, embora desorganizados, forneceram insumos para compreender a situação financeira da empresa.

Os resultados indicaram que a aplicação do princípio da entidade impacta positivamente a eficiência da gestão de caixa. A ausência de separação entre finanças pessoais e empresariais revelou-se prejudicial ao desempenho financeiro e ao planejamento estratégico da organização. Dessa forma, foi possível responder ao problema de pesquisa, demonstrando que a adoção do princípio da entidade, associada a uma gestão estruturada do fluxo de caixa, fortalece a saúde financeira da empresa, reduz a instabilidade e melhora o planejamento.

Apesar dos avanços, a natureza qualitativa da pesquisa limita a generalização dos resultados para outras empresas. Para estudos futuros, sugere-se investigar a adoção de ferramentas tecnológicas que aprimorem o controle financeiro e o planejamento, especialmente em microempresas. Além disso, o treinamento contínuo dos gestores em práticas contábeis e financeiras pode maximizar os benefícios do princípio da entidade, promovendo uma gestão mais sólida e sustentável.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Curso de Administração Financeira**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BATISTA, S. V. A.; LIMA, M. S.; GAMA, G. B. A. C. V. R. N. A relevância do princípio da entidade no contexto empresarial: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo. v.9. n.10. p.5459-5469. 2023.

CATARINO, G. P. S.; SANTOS, L. R.; SILVA, P. V. J. G. A influência das finanças pessoais na gestão financeira de microempresas cariocas. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**. Osasco. v. 6. n. 2. p.312–330. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Brasília, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 750: Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Revogação da Resolução nº 750/1993: contexto e considerações**. Brasília, 2016.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade - Para Graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LEITE, I. F.; COSTA, L. F. T.; LEMOS, V. M. G. S. Análise da implantação do fluxo de caixa: um estudo aplicado a uma microempresa do ramo de calçados. **Revista Vox Metropolitana**. Recife. v.0. n.1. p.49-64. 2019.

LOPES, A. C. T. **O Princípio Contábil da Entidade após a revogação da Resolução CFC 750/93**. Contábeis. 2017. Disponível em: [O Princípio Contábil da Entidade após a revogação da Resolução CFC 750/93 \(contabeis.com.br\)](https://contabeis.com.br). Acesso em 28 de maio de 2024.

MARCONI, M A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOTERLE, S.; WERNKE, R.; JUNGES, I. Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. s.l. v.18. n.1. p.1-26. 2019.

MOURA, A. L.; SANTOS, D. F. L.; C. E. V. Proposta de modelo de gestão financeira aplicada a uma empresa de pequeno porte no segmento de fertilizantes. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão. Pequenas empresas**. São Paulo, v. 8. n. 3. p.36-68. 2019.

OLSEN, W. **Coleta de dados**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PIMENTEL, A. S.; FILHO, G. A. L. Relação entre a execução e entendimento do princípio da entidade e o controle financeiro pessoal dos empresários de micro e pequenas empresas. **Revista Foco**. São Paulo. v.12. n.2. p.27-48. 2019.

POLICARPO, J. F.; FERREIRA, T. C. Fluxo de caixa: ferramenta estratégica na gestão de uma microempresa. **Revista Vox Metropolitana**. Recife. v.0. n.3. p.61-75. 2020.

SÁ, C. A. **Fluxo de caixa: A Visão da Tesouraria e da Controladoria**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE SP. **Gestão Financeira**. São Paulo, 2017. *E-book*. Disponível em: [ebook\\_gestao-financeira.pdf \(sebrae.com.br\)](http://sebrae.com.br/ebook_gestao-financeira.pdf). Acesso em 26 de maio de 2024.

SEBRAE. **Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio**. 02 de out de 2023. Disponível em: [Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio - Sebrae](#). Acesso em 15 de abril de 2024.

SEBRAE. **Como separar as finanças pessoais das contas da empresa: 8 dicas**. Disponível em: [Como separar as finanças pessoais das contas da empresa: 8 dicas - Sebrae](#). Acesso em 14 de abril de 2024.

SEBRAE. **Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira**. Disponível em: [Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira - Sebrae SC \(sebrae-sc.com.br\)](#). Acesso em 15 de abril de 2024.

SILVA, E. C. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: Guia de sobrevivência empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você interpreta a ideia de manter o dinheiro da empresa separado do seu dinheiro pessoal?
2. A empresa mantém suas finanças pessoais separadas das finanças empresariais? Se sim, como?
3. Caso a empresa mantenha o dinheiro da empresa separado do dinheiro pessoal, quais foram os desafios encontrados para a implementação desta separação?
4. Existem situações onde a separação das finanças pessoais e empresariais não é totalmente seguida? Quais?
5. Quais são os principais desafios para manter essa separação na prática?
6. Como é realizada a gestão financeira na empresa atualmente?
7. Quais são os principais processos e ferramentas utilizadas na gestão financeira?
8. Na sua visão, qual a importância da gestão de fluxo de caixa para a empresa?
9. Como a empresa monitora o fluxo de caixa?
10. Quais são os principais métodos e ferramentas utilizadas para a gestão do fluxo de caixa?
11. Com que frequência o fluxo de caixa é revisado e atualizado?
12. Como a empresa lida com períodos de baixa entrada de caixa?
13. Quais foram os principais desafios enfrentados na gestão do fluxo de caixa até hoje?
14. Quais estratégias foram implementadas para superar esses desafios?